

**IFSULDEMINAS - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

Concorrência nº 001/2019

I4 COMUNICAÇÃO LTDA, empresa de direito privado, com sede a Rua Pilar nº 540, Bairro Grajaú, Belo Horizonte, inscrita no CNPJ nº 08.414.417/0001-02, vem respeitosamente a Vossa presença, apresentar

CONTRA RAZÕES

Em face do Recurso Administrativo interposto.

Breve Resumo

A licitante recorrente pugna pela anulação do certame em face da ausência de fundamentação das notas no julgamento das propostas técnicas.

Aduz que o edital e a lei não foram observados, o que trouxe nulidade ao procedimento uma vez que não havendo mais sigilo das propostas a tardia justificativa das notas estaria maculando a isonomia e a isenção indispensáveis à análise das mesmas.

Juntou caso análogo ocorrido na Universidade de Taubaté onde a licitação foi anulada.

Edital

Compulsando o edital verificamos que no item julgamento das propostas ele assim dispõe:

*12.1 A Subcomissão Técnica, prevista no item 20, **analisará** as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital. (grifamos)*

Ora, a análise das propostas pressupõe a sua fundamentação, pois o significado da mesma é pesquisa, exame, averiguação.

Recebido 11 / 02 / 2020

IFSULDEMINAS - Reitoria
Coordenação Geral de Licitação e Compras

Marco Antônio de Melo Azevedo
Mat. SIAPE: 1589304 - Portaria 797/2014
Coordenador Geral de Licitação e Compras
IFSULDEMINAS

Sabemos também que não existem palavras vãs no edital, pois se assim fosse ele somente indicaria que a subcomissão "pontuaria" as propostas e não as "analisaria".

Princípio do Julgamento Objetivo

Com a ausência da justificativa das notas dadas violou-se o princípio do julgamento objetivo, que determina que a Administração se balize em critérios objetivos previamente definidos no instrumento convocatório. Segundo este princípio, deve ser mínima a margem de apreciação subjetiva na condução dos procedimentos da licitação.

O art. 44, da Lei nº 8.666/93 expressa claramente esta idéia:

"No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou no convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei".

Uma consequência importante deste princípio é a definição de um tipo padrão de licitação - o de menor preço, conforme prevê o art. 46, caput, da Lei nº 8.666/93. Os demais (melhor técnica e técnica e preço), por importarem em maior grau de subjetividade, somente podem ser aplicados nas exceções contidas na Lei.

Zanella di Pietro, explicando este princípio, afirma que,

"Quanto ao julgamento objetivo, que é decorrência também do princípio da legalidade, está assente seu significado: o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital."

Nesse exato pensar, confirma Odete Medauar que:

"O julgamento, na licitação, é a indicação, pela Comissão de Licitação, da proposta vencedora. Julgamento objetivo significa que deve nortear-se pelo critério previamente fixado no instrumento convocatório, observadas todas as normas a respeito." (DIREITO ADMINISTRATIVO CONCRETO, 4ª ed., RT, São Paulo, 2000, p. 218)

Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório

Também foi violado o princípio da Vinculação ao Edital, quando ausente os motivos ensejadores das notas dadas.

Este princípio pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada". (grifamos)

O edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

De fato, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até findo o certame. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Na percepção de Diógenes Gasparini,

"submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Assim, diante do exposto, e face as alegações da recorrente vem ratificar o pedido contido no recurso administrativo.

Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 10 de Fevereiro de 2020.


I4 COMUNICAÇÃO LTDA